

POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NO CAMPO

Isaura Isabel Conte¹

Noeli Valentina Weschenfelder²

Resumo

A construção da igualdade de gênero no campo remete a um olhar para a trajetória das mulheres camponesas e como elas se colocaram na história, visto que, por muito tempo, foram fortemente estereotipadas e ainda mais inferiorizadas, se comparadas às demais. Neste estudo, buscamos mostrar possibilidades da construção da igualdade de gênero, via contribuição do feminismo, a partir de pesquisas realizadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/RS). Para tanto, realizamos estudos teóricos, análises documentais e entrevistas com militantes e dirigentes do Movimento. Consideramos que o feminismo é algo bastante recente em se tratando do encontro com as pautas da luta camponesa, entretanto tem contribuído significativamente na luta pela libertação das mulheres. Destacamos, também, que os aprendizados e a força exercida pelo coletivo em movimento foram e estão sendo fundamentais na luta por maior igualdade entre mulheres e homens, considerando a sociedade classista e patriarcal.

Palavras-chave: Mulheres Camponesas; Igualdade; Feminismo; Desafios

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo efetuar reflexões acerca de algumas possibilidades da construção de maior igualdade nas relações de gênero no campo. Para tanto, trazemos como foco de pesquisa as mulheres camponesas do Movimento de Mulheres Camponesas

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CNPq. E-mail: isauraconte@yahoo.com.br

² Doutora em Educação. Professora na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUI. Endereço: Rua São Francisco, 501 Campus Universitário. São Geraldo - 98700-000 - Ijuí, RS – Brasil. Telefone: (55) 33320200. E-mail: noeli@unijui.edu.br

(MMC/RS)³, evidenciando lutas, construções subjetivas e contradições desse processo. Metodologicamente, foram utilizadas análises documentais, estudos teóricos, entrevistas com dirigentes e militantes⁴ do Movimento, observações realizadas no decorrer do período de 2009-2010, além de inserção militante por parte de uma das autoras.

O MMC é o primeiro Movimento camponês e feminista em nível nacional - ainda que em consolidação - no Brasil e, desde sua origem no início da década de 1980, traz como um dos objetivos principais a construção de novas relações de gênero (CONTE, DARON e MARTINS, 2009). Como o Movimento declara-se feminista no ano de 2004, faremos alusão ao feminismo, considerando a gênese da busca por libertação das mulheres⁵, a qual é destacada em documentos do Movimento desde o princípio da Organização. Neste aspecto, destacamos que a junção das lutas feminista e camponesa no Brasil é bastante recente, mas praticamente inexistente enquanto campo teórico, ainda que tenham aumentado consideravelmente os estudos sobre mulheres rurais, a partir da década de 1970, no Brasil, segundo Melo e Di Sabbato (2009).

Em vista de tratarmos do tema ao qual nos propusemos, será mencionado o campesinato como forma de vida e trabalho, por ser o contexto em que se dá a luta das mulheres do MMC. Além disso, a consideração do patriarcado⁶, em nosso entendimento, se torna elementar, pois está intrinsecamente vinculado à opressão das mulheres na sociedade de classes.

Em se tratando do campesinato, ainda que haja várias possibilidades conceituais, Motta e Zarth (2008) destacam que o mesmo foi frequentemente tratado no Brasil como um resíduo, ou seja, como algo atrasado prestes a sair de cena. Contudo, está fortemente

³ Destacamos que o MMC é atualmente um Movimento em nível nacional, constituído no ano de 2004. No entanto, quando nos referirmos ao MMC, neste artigo, leia-se MMC do Rio Grande do Sul devido às pesquisas terem sido realizadas neste local.

⁴ Foram realizadas onze entrevistas contemplando mulheres inseridas na base da Organização e, também, dirigentes em nível estadual.

⁵ A libertação das mulheres de qualquer tipo de opressão, exploração e discriminação é bastante recorrente em folders e cartilhas impressas pelo Movimento aos quais tivemos acesso.

⁶ Muraro (2002) destaca que o patriarcado se estabeleceu a partir das sociedades agrárias, tendo forte vínculo com o surgimento da propriedade privada. Desse modo, os homens passaram ao domínio da cultura (esfera pública) ao passo que as mulheres foram relegadas ao reino da natureza, sendo consideradas impuras e incapazes. Com o patriarcado, as mulheres perderam suas funções de reconhecimento e poder nos grupos sociais e foram forçadas a reproduzir a dominação sobre si mesmas. Gebara (2002) descreve essa opressão como elemento cultural hegemônico, que faz com que o centro da memória e da história das mulheres seja o masculino, considerado superior. A autora afirma inclusive que enquanto Deus continuar sendo considerado masculino segundo nossa cultura, e os homens seus representantes, as mulheres continuarão sendo secundárias e inferiores.

vinculado à produção de alimentos, pois, segundo o MDA (2009), a agricultura familiar detém apenas 24,3% das terras agricultáveis e produz cerca de 70% da alimentação do país. Assim, o MMC conceitua a mulher camponesa como

aquela que produz alimento através da agricultura diversificada do núcleo familiar, garantindo autossustento e renda. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, a extrativista, arrendatária, meeira, ribeirinha, posseira, boia-fria, diarista, parceira, sem-terra, acampada e assentada, assalariada rural e indígena. (2004, p.02).

Do ponto de vista da sociedade patriarcal, de acordo com Gebara (2002), as mulheres são consideradas seres para os outros, ao passo que os homens são considerados seres para si mesmos. Diante disso, enfatizamos que não se pode perder de vista a perspectiva de subversão e desobediência por parte delas, para não cairmos em análises fatalistas e vitimizadas com relação ao sexo feminino. Caso contrário, a naturalização da afirmação da autora estaria reforçando concepções trágicas e sem possibilidades de resistência, contestação e organização por parte das mulheres.

A alusão à construção da igualdade entre homens e mulheres, desde já, mostra que foram dados passos importantes por parte delas, tanto é que, no decorrer do tempo, foram superadas várias formas de preconceitos. Por outro lado, se existe a busca por igualdade é pelo fato de ela, objetivamente, não existir por mais que legalmente a “igualdade” tenha sido uma conquista na grande maioria dos países na contemporaneidade.

Mészáros (2002) argumenta que a igualdade substantiva entre os seres humanos não é possível na sociedade capitalista, pelo fato de que nesse sistema vão se criando sempre novas formas de opressão e exploração, em vista de maior acúmulo de lucro por parte de alguns poucos. Segundo o mesmo autor, o sociometabolismo⁷ do capital se encarrega de ampliar as desigualdades entre as pessoas, indo além das diferenças de classe, portanto, e, diante da perversidade do capital, sublinha que as mulheres são as maiores vítimas. Para reforçar tal afirmação constata-se que a pobreza tem rosto feminino e negro, uma vez que são 70% dos empobrecidos do mundo (SOF⁸, 2005). Diante dessa circunstância, essa questão, em nosso entendimento, não deve levar ao desânimo, mas estar colocada como desafio a ser superado com ações da não aceitação da sociedade tal qual.

Considerando as reflexões postas, a tentativa é de um olhar para a história na

⁷ Pode-se consultar a obra: Para Além do Capital, Boitempo, 2002.

⁸ Sempreviva Organização Feminina.

perspectiva de entender como surgiu e porque continuam as desigualdades entre homens e mulheres, haja vista os avanços nos campos científico e tecnológico, por exemplo.

De acordo com Eisler (1996), é necessário considerar que a sociedade nem sempre foi desigual, com opressão sobre as mulheres, como conhecemos atualmente. Segundo a autora, durante o maior período histórico da humanidade, ainda que pouco se possa provar sobre ele, há evidências arqueológicas de que boa parte dos grupos humanos vivia predominantemente em regime de parceria e não de guerra, competição e dominação.

De antemão, faz-se necessário considerar que, diante de todas as imposições para o Ser Menos⁹ das mulheres na contemporaneidade, elas não foram tampouco são, generalizadamente submissas. Houve e continua havendo muitas formas de reações e contestações por parte das mulheres, por mais que historicamente elas pouco apareçam como protagonistas em processos de organização social e de luta.

Se for feito o recorte que evidencia as camponesas, essas mulheres passaram quase que despercebidas na história, como se delas pouco ou quase nada se pudesse esperar, embora Muraro (2002, p. 128) observe que, durante o período da Renascença, tomaram parte das principais revoltas camponesas, pois foram elas “que tomaram a iniciativa dos atos mais violentos, em defesa do pão para seus filhos”.

Diante do que é enfatizado por Muraro, cabe-nos evidenciar a contradição entre algumas imagens estereotipadas na sociedade *versus* o protagonismo, ousadias e desobediências das mulheres tidas como “mais atrasadas”. Por isso, ao buscarmos evidenciar possibilidades da construção da igualdade das mulheres camponesas, há que se tocar na questão do acesso ao poder por parte do sexo feminino: de um lado, mostra-se que historicamente contestaram e se colocaram em luta, e, de outro, constata-se que não raro foram consideradas como “nulas” frente a esferas públicas e de poder.

Diante disso, Gebara enfatiza a luta pela reapropriação de poder por parte das mulheres:

Propomos uma reapropriação do nosso poder, de nosso poder roubado. Não se rouba só casa. Não se rouba só terra, se rouba poder. Rouba-se poder quando se convence outros que eles não têm mesmo poder. Isto é roubo, diminuição. Nós mulheres não queremos entrar na estrutura da diminuição [...] queremos reapropriar-nos de um poder que nos constitui. (2002, p. 67).

⁹ Conforme Freire, 1987.

A partir do que nos diz a autora, nitidamente percebe-se que às mulheres o poder foi sonegado historicamente, com algumas exceções, se comparadas ao universo masculino, considerando natural que os homens detivessem poder e comando na sociedade. Contudo, do nosso ponto de vista, a reapropriação do poder roubado ou não permitido não é uma tarefa simples, pois grande parte das mulheres foi e continua sendo convencida de que não precisa e não gosta de poder, por ser entendido como coisa de homem.

Em termos gerais, parece ser mais cômodo permanecer na condição de vítima e deixar as coisas como estão, até porque o desacomodamento implica em consequências, às vezes, doloridas, conforme pontua Muraro (2004). Desse modo, acreditamos que a igualdade de gênero não acontecerá de forma espontânea, tampouco na espera de que haverá devolução de poder, sem algum tipo de conflito.

Ao abordarmos a necessidade de conquista de maior poder, por parte das mulheres, na perspectiva de superação da inferioridade, ainda que tenha havido avanços significativos nas últimas décadas, o que em muito se deve à luta feminista, sublinhamos que não se trata de qualquer poder. Assim, esclarecemos que de pouco adianta o acesso a alguns postos de poder político ou econômico por parte de algumas mulheres no país, se o conjunto delas não tiver condições de autonomia ou dessa possibilidade - de não dependência do sexo masculino como provedor/ protetor.

De acordo com Melo, SPM/PR e UFF (2010), desde 2006, o Fórum Econômico Mundial divulga o índice sintético *Global Gender Gap Index (GGI)*¹⁰ sobre as desigualdades de gênero em 134 países no mundo. Tais dados são levantados não a partir do desenvolvimento econômico dos países, e sim levando em conta o acesso ou não à igualdade de gênero, por parte das mulheres. Com relação ao Brasil, o relatório de 2010, aponta que o país ocupa a 85ª posição em termos gerais, tendo avanços no campo da educação, correspondendo ao 63º lugar entre os demais países e ocupando o 122º lugar no que se refere às mulheres nos postos políticos de poder¹¹. Parte-se do entendimento de que a igualdade (no caso, o esforço feito para tal) é fundamental para o desenvolvimento social dos países.

¹⁰ Os dados são extraídos a partir de olhares sobre oportunidade na economia, educação, saúde e empoderamento político.

¹¹ Melo, SPM/PR e UFF (2010) apontam que, nos 121 anos de República, das 660 pastas ministeriais, apenas 17 foram ocupadas por mulheres, inclusive, destas, dez foram durante o governo Lula. Destacamos que com o governo Dilma os cargos de chefia (primeiro escalão) ocupados por mulheres aumentaram, mas ainda não se tem essas considerações no GGI.

Ainda que possam ser questionadas as bases utilizadas para a coleta de dados do relatório, não podemos deixar de considerar sua importância no que tange ao olhar para as condições reais de vida das mulheres, nos diferentes países. Evidenciar a situação das mulheres tem sido um esforço generalizado de muitas organizações feministas, em especial daquelas que fazem a luta também de classe, como, por exemplo, o MMC. Assim, o Movimento investigado entende que as desigualdades de gênero e de classe se dão concomitantemente, ou seja: a emancipação, a libertação ou, ainda, o empoderamento das mulheres são conquistas que, somente serão possíveis, quando diminuídas também as desigualdades socioeconômicas.

O que é notório, ainda neste início do século XXI, são as desigualdades gritantes de gênero no mundo todo, em menor ou maior proporção. Em países considerados desenvolvidos, em que via de regra a situação financeira não serve como justificativa para a opressão sobre as mulheres, se questiona: por que elas são violentadas e continuam, em boa medida, submissas? Nesse aspecto, concorda-se com Gebara¹² quando argumenta que há uma identidade subalterna construída socialmente nas mulheres, mas, evidentemente, são as empobrecidas do campo e da cidade as que mais sofrem.

2 A CONTRIBUIÇÃO DO FEMINISMO NA LUTA CONTRA AS DESIGUALDADES

Ao que tudo indica, o feminismo passou a constituir pautas bem como a ser pautado na sociedade, devido ao fato de as mulheres já possuírem uma longa história de resistência à opressão patriarcal e, especialmente, por terem se colocado em lutas organizadas. Há de se considerar que a luta feminista reivindica o poder das mulheres, pelo fato de que se deram conta de que este lhes falta ou lhes foi extorquido, enquanto seres humanos. Nesse sentido, ponderamos que, quando mencionamos poder, o entendemos como conquista, como uma construção política coletiva em que as mulheres conseguem deixar de se sentir menos pelo fato de, simplesmente, serem do sexo feminino.

Na observação de Deere e León (2002) quando tratam de poder, referem-se ao empoderamento que pode ser construído *com* e não *sobre*, tampouco *para* as mulheres. Pelo que observamos no MMC, podemos afirmar que se busca construir, primeiramente, empoderamento entre as mulheres em solidariedade e entendimento entre elas mesmas, para,

¹² Op cit.

posteriormente e, às vezes concomitantemente, por parte de algumas, atuação em outros espaços políticos na sociedade.

Desde o campo de luta das mulheres, convenhamos que o feminismo evoca o poder das mulheres como seres com direito à igualdade, sendo uma necessidade que eclodiu. Surgiu para pautar as demandas femininas silenciadas e diluídas em vários espaços, inclusive no âmbito do trabalho, na luta geral do povo diante de regimes totalitários e ditatoriais, como revoltas contra a escravidão e contra a pobreza.

No campo, a luta feminista foi evidenciada bem mais tardiamente, se comparada à da cidade, havendo pouca bibliografia e poucos estudos sobre o assunto. No entanto, o feminismo no campo não pode ser dissociado das lutas reivindicatórias, das revoltas “isoladas” nas diversas lutas populares por acesso à terra, à documentação, aos babaçuais livres no caso do Nordeste¹³, ainda que tenham sido lutas não assumidas como de caráter feminista.

De acordo com Gebara (2002), a luta feminista possui o desafio permanente de questionar papéis e lugares hierarquizados de homens e mulheres, em que um se apropria e o outro é expropriado de poder. Dá-se em vista de uma não aceitação do poder distribuído de forma desigual entre os sexos e, por esse motivo, a necessidade de articulá-lo à luta contra a sociedade de classes.

No Brasil, segundo Cestari (2008), a pressão do feminismo aconteceu mais de fora do que internamente no país, num primeiro momento. Ainda que haja maiores referências ao feminismo da chamada segunda onda, a partir da França e Estados Unidos, no país foi assumido bem mais o cunho da luta classista, em primeiro plano, do que reivindicações no campo da feminilidade das mulheres. Nesse aspecto, a autora chama atenção para as lutas trabalhistas do início do século XX, nas indústrias têxteis, com interferência das socialistas soviéticas e a própria contribuição do Movimento anarquista brasileiro, nesse período.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o Ano Internacional da Mulher e, posteriormente, de 1975 a 1985 foi declarada a Década da Mulher em todo o mundo. Aparentemente, foi um salto de qualidade enquanto visibilidade das mulheres e suas lutas por reconhecimento e direitos pautados em nome da igualdade. Contudo, González (2010) ressalta que ao fazer isto, a ONU retirou o caráter comunista do dia 8 de Março, o desvinculando das lutas das mulheres russas, de forma especial, o diluindo no campo das

¹³ De acordo com Martins (1995), a luta pelos babaçuais foi uma luta feita por mulheres enfrentando o poder das armas dos coronéis.

comemorações e do chamado desenvolvimento econômico e social em nível mundial.

Vale salientar, também, que o movimento das esquerdas brasileiras, no enfrentamento contra a ditadura militar, não incluiu em sua agenda, de forma efetiva, as questões das reivindicações feministas. Havia o entendimento de que tais questões se resolveriam automaticamente com as transformações de cunho econômico e, ainda, falava-se em um socialismo em que as demandas das mulheres ficariam para um momento posterior, por serem consideradas pautas secundárias. Tal fato ficou explícito nas lutas abolicionistas no final do século XIX e nas greves massivas no início do século XX. Ambos os processos foram alavancados por elas, entretanto, não conseguiram pautar com força as questões relativas a si próprias e a seus corpos. Mézáros, como crítico marxista atual, faz uma consideração importante, a qual destacamos

Agora me pergunto se a incapacidade do socialismo de abrir espaço para a agenda feminista – para realmente adotar esta agenda à medida que emerge naturalmente em cada história e cada cultura – seria uma das razões pelas quais o socialismo não poderia sobreviver como sistema. (2002, p. 290).

Considera-se oportuna a observação do autor, no entanto, não concordamos com a ideia de que o movimento feminista tenha surgido naturalmente na história. Se fosse pela naturalidade e pela naturalização das coisas, justamente, o feminismo jamais existiria. As mulheres feministas eram acusadas, pelos militantes de esquerda, de dividirem a luta, de serem contra o socialismo e de serem antirrevolucionárias (MÉSZÁROS, 2002).

Segundo argumentos de Faria e Nobre (2003), o feminismo atual teria a obrigação de se caracterizar como antirracista e pela defesa do planeta, sendo também anticapitalista, pois há necessidade de construir outras formas socioculturais pautadas em outros valores, em que as mulheres não seriam menosprezadas. Desta forma, a investigação permitiu evidenciar que o movimento impulsiona novas práticas as quais visam ao reconhecimento do sexo feminino e, ao mesmo tempo, possibilitam colocar as mulheres em situação de poder, como sujeitos históricos.

A pesquisa evidenciou também que as militantes do MMC estão debatendo e estudando, entendendo assim, a sua luta também como feminista, ou seja, assumiram a causa feminista, a partir de 2004. Quando nas entrevistas, as mulheres analisam a história da Organização, desde o início da década de 80, ressaltam que grande parte de suas ações, já eram de cunho feminista, embora isso não fosse muito falado e escrito.

A fala de uma militante evidenciou que, se na época da constituição do Movimento no Rio Grande do Sul, o qual se chamou de Organização das Mulheres da Roça (OMR), fossem ter optado por assumir o feminismo, possivelmente não teriam conseguido consolidar a Organização, devido ao fato de o feminismo ser rechaçado, mal-entendido e combatido por grande parte das igrejas, principalmente, cuja influência no campo, era bastante considerável.

Ressalta-se, a partir de experiências de lutas e reflexões no Movimento de Mulheres Camponesas, que as militantes vão construindo o feminismo na medida em que conseguem se apropriar dos acontecimentos dos espaços públicos, se fazendo também reconhecer desde as tarefas e os trabalhos que desenvolvem em suas unidades de produção. Para tanto, demonstram a importância de estudar subsídios elaborados pelo Movimento nos grupos de mulheres em suas comunidades, participando de processos de formação e de lutas pautadas pelo MMC.

Assim, expressam perceber a interação entre as causas das mulheres do campo e da cidade, pois partem do olhar de suas vidas e da situação de tantas outras mulheres empobrecidas. Fica evidente na investigação que a pauta feminista fez com que as mulheres do MMC ampliassem e mantivessem alianças com outros setores de mulheres, inclusive urbanas em momentos pontuais de lutas, sendo algumas relações mantidas por maior tempo. Fica evidente para o Movimento a posição de que, enquanto houver uma mulher oprimida e violentada, haverá motivo para prosseguir lutando, caso contrário, não haverá a libertação em que acreditam e constroem.

A seguir, alguns elementos que indicam a possibilidade do árduo caminho de construção do feminismo no campo: um terreno tido como mais propenso ao conservadorismo patriarcal.

3 MULHERES CAMPONESAS E A BUSCA PELA IGUALDADE DE GÊNERO

As mulheres camponesas estão inseridas no espaço do campesinato¹⁴ e, segundo Carvalho (2005), não há como falar desse campo social sem abordar as relações estabelecidas entre os sujeitos camponeses e camponesas que moram e trabalham no campo. Esses sujeitos,

¹⁴ Partimos da ideia de campesinato como lugar de produção da existência das pessoas desde o contexto rural, com ou sem posse de terra, mas em condições de produzir alimentos e elementos básicos à sua sobrevivência e à existência desse modo de trabalho, em geral com certa autonomia, segundo Ploeg (2008). Para este autor (p. 48), “o campesinato representa basicamente uma *luta constante por autonomia* ou a busca pela ‘liberdade dos agricultores’”.

de forma genérica, foram por muito tempo, e ainda continuam sendo para muitas pessoas, considerados atrasados, “jecas-tatus.” Partindo dessa perspectiva, com relação às camponesas, obviamente, elas são consideradas mais atrasadas ainda e, não raras vezes, culpadas pelo suposto desleixo dos membros de sua família.

Segundo constatações da pesquisa, o que mais ofende e revolta as mulheres camponesas é o fato de serem consideradas relaxadas e atrasadas, visto que como militantes, percebem o preconceito e a dificuldade de o mundo urbano – dicotomia campo/cidade - aprender e considerar seus trabalhos e seus jeitos diferentes de viver e de se relacionar.

Imaginamos que uma das dificuldades de o feminismo encontrar-se com as lutas das mulheres da roça, foi justamente, em função da dicotomia existente entre cidade e campo e os estereótipos criados acerca do rural (homens e mulheres tidos como atrasados e incapazes), pois, segundo mostrou a pesquisa, as primeiras lutas de caráter público, como passeatas organizadas pelas mulheres camponesas, eram, de forma geral, repudiadas e ridicularizadas pela população urbana. De outro modo, no início da Organização, a preocupação era a pauta específica enquanto mulheres do campo, sendo que o horizonte da necessidade de libertação de todas as mulheres foi sendo colocado no decorrer da caminhada.

Decorrente da inferioridade construída e olhares estereotipados sobre as camponesas, elas até poucos anos atrás, não eram reconhecidas profissionalmente como trabalhadoras, tampouco possuíam documentos pessoais além dos registros de nascimento e casamento, quando o possuíam. Desse modo, as restrições da sociedade e do próprio Estado as impediam de acesso a compreensões sobre suas vidas e, quiçá, sobre teorias feministas.

Do final da década de 70 em diante, já se ouvia falar de feminismo no Brasil, mesmo que desde o surgimento fosse entendido, pela maioria, como sendo o contrário de machismo, distorcendo-se sua intenção. Nesse período, recomeçava um processo amplo de luta popular e, dessa vez, as mulheres, participando e formando organizações, começaram a exigir o direito à igualdade de gênero.

O feminismo parecia combinar mais com a cidade demorando um pouco mais para ser debatido no âmbito do campo, até pelo fato de ele manter maior conservadorismo. As camponesas continuavam com menos acesso à compreensão sobre a amplitude do mundo que as cercava e, mesmo assim, sem ou com restrito aporte teórico, iniciaram suas lutas por dentro de sindicatos e pastorais sociais comprometidas, exigindo seus direitos de trabalhadoras rurais (CONTE, 2011).

Constatou-se, na fala de várias militantes, que a necessidade de se organizarem era latente devido à condição em que se encontravam: continuava a jornada penosa de trabalho e, por causa dela, pouco podiam sair de casa. Praticamente não conheciam a cidade do município e eram, na maioria, semialfabetizadas. Se não bastasse isso, a generalização reproduzida por homens e mulheres tratava de consolidar a condição de ser Mulher Camponesa como quem não sabia das coisas e tinha como destino o casamento e um grande número de filhos (as). A maioria delas possuía baixa autoestima enquanto mulheres da roça, consideradas, por muitos, sujas e atrasadas.

No início da década de 1980, com amplos movimentos pela reabertura democrática, voltou-se a falar em direitos sociais, direitos das mulheres, reforma agrária... Eclode, assim, a vozes das chamadas minorias e, dentre elas, as mulheres, mesmo sendo maioria. As mulheres camponesas iniciaram organizações coletivas de cunho político em que o feminismo, mesmo que timidamente e de forma indireta, começava a fazer parte das agendas.

As mulheres do MMC evidenciaram na pesquisa, um feminismo iniciado de uma luta por libertação enquanto mulher, passando necessariamente por autonomia, desde suas vontades pessoais até a esfera da produção em suas unidades de produção. Assim, tornou-se relevante para Organização, a conquista de direitos, o acesso à documentação pessoal, o aprendizado coletivo da ousadia, da iniciativa, da perda do medo de falar e dizer o que pensavam, acima de tudo evidenciando uma luta ampla por mais dignidade e reconhecimento político enquanto ser que não deveria valer menos que um homem, como aparecia no senso comum ao olharem e analisarem a vida de suas mães, de avós e a si próprias.

Segundo constatamos, a fala de uma mulher camponesa revela que, no início da década de 80, ela decidiu dar um passo além de sua casa. Sabia que só trabalhar não bastava e, por isso, decidiu procurar por seus direitos. Não sabia concretamente no que iria dar, mas se deu conta de que, permanecendo em casa, sua situação e de tantas mulheres não poderia mudar. Em suas palavras, “até água que fica parada apodrece”, afirmava a importância de as mulheres camponesas participarem do Movimento, mesmo sendo mal vistas pela comunidade e sociedade em geral.

Assim, juntamente com a eclosão de movimentos sociais e populares, as mulheres camponesas começaram a se organizar em Movimentos específicos para reivindicar direitos e falar em igualdade. Foi construído, no Sul do Brasil, em 1983, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), em Santa Catarina, e a OMR, no Rio Grande do Sul. Tais movimentos,

no ano de 2004, vieram a fazer parte da consolidação do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC Brasil, com atuação em vinte e dois estados brasileiros (CONTE, MARTINS e DARON, 2009).

As camponesas deixam claro que o MMC constitui-se um dos primeiros movimentos em parâmetro nacional, que congrega a luta camponesa classista com o feminismo. Mediante isto, salientamos que as contestações e resistências das mulheres do campo encontram espaços no campesinato, apesar do conservadorismo e muitas vezes da sobrecarga de trabalho e dos estereótipos construídos sobre elas. Verifica-se a busca de liberdade e empoderamento num local de “certa autonomia”, ainda um tanto distantes dos debates acadêmicos e locais considerados de saber.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

É notório, em se tratando de mulheres camponesas, que a luta pela visibilidade social continua sendo um desafio, inclusive pelo fato de as mulheres empobrecidas do campo organizadas em Movimento – no caso o MMC –, fazerem contraponto ao agronegócio, que expulsa milhares de famílias camponesas e ribeirinhas de suas terras. Desse modo, uma primeira pauta que as mantém organizadas é pelo espaço de sobrevivência em vista de continuarem com a produção de alimentos.

Assim, o feminismo que essas mulheres se põem a construir é um feminismo camponês, que ainda precisa ser melhor entendido e teorizado. Contudo, é bastante evidente que ele é e deve ser um mecanismo de libertação das mulheres da classe trabalhadora e, portanto, essa libertação só pode ocorrer de forma coletiva e não individual. Mediante essa consideração, o Movimento é colocado, pelas militantes, como sendo fundamental, pois “uma mulher não se liberta sozinha, tampouco de forma isolada”.

A construção da igualdade de gênero das mulheres camponesas se dá desde o ambiente de trabalho e das relações familiares e comunitárias. Desse modo, a alteração no campo dessas relações é uma luta constante e, por essa razão, as militantes ressaltam a importância de estarem vinculadas ao Movimento para entenderem e compreenderem melhor estas questões. Elas afirmam que a partir da militância política no Movimento, conseguem, mesmo que, aos poucos, e com muitas contradições, politizar e compreender melhor os debates e práticas desde suas famílias, sindicatos e outros espaços em que se inserem.

Constatamos que as lutas efetuadas pelas mulheres camponesas ocorrem, tanto no espaço das vivências cotidianas, quanto em espaços públicos e de forma organizada em Movimentos populares, os quais possibilitaram e possibilitam trajetórias de aprendizados individuais e coletivos, bem mais do que se entende por resultados imediatos. Sobre as conquistas obtidas até então, ficou evidente que as mulheres precisam se manter organizadas na luta, pelo fato de viverem em uma sociedade patriarcal e capitalista.

O feminismo pode ser entendido como uma conquista, mas, necessariamente, precisa considerar as diferentes faces das opressões e explorações sofridas pelas mulheres desde seus contextos. No caso, as negras, as índias, as camponesas, certamente têm algo diferente a evidenciar em suas demandas.

O movimento feminista é provocador porque evoca as Mulheres e, conseqüentemente, o poder respectivo delas, que exige reapropriação. A palavra é associada à libertação – liberação – liberalização das mulheres, que ousam falar e querer decidir, mandar sobre si e seus corpos, algo necessário para afirmar e construir a igualdade de gênero, ainda que relativa, independente de qual seja o espaço.

De forma geral, nos dias atuais, a palavra feminismo ainda continua sendo estereotipada e mal-entendida, entretanto, já se avançou consideravelmente enquanto sentido e pautas colocadas à sociedade. Além disso, muitos movimentos sociais populares já conseguiram fazer o exercício da desmistificação e entender o que realmente é o feminismo.

Ao olharmos para o MMC, percebemos que as mulheres sentem força coletiva articuladas ao Movimento, pois, a partir dele, aprendem, debatem, estudam, conseguem exercitar solidariedade e companheirismo com tantas outras mulheres oprimidas e exploradas. Dessa forma, conseguem avançar rumo a viverem novas práticas sócio-político-culturais, que possibilitam empoderamento, rumo à maior igualdade de gênero. Contudo, isso não significa que o novo que vão exercitando aconteça sem conflitos pessoais e coletivos, pois implica novas compreensões, posturas e estruturas de poder assumidas por si mesmas.

Segundo o MMC (2008), as mulheres camponesas do MMC defendem o campesinato como forma de existência e de resistência, no entanto, apostam na construção do feminismo para superar a opressão sobre as mulheres. Querem que o campo seja um lugar bom de viver, em que elas não sejam consideradas menos que ninguém, tampouco, sobrecarregadas de trabalho e destituídas de prazeres. Há o entendimento de que é preciso enfrentar e desconstruir

concepções e ações patriarcais em todos os espaços, desde suas relações familiares e cotidianas, às instituições que perpetuam tais concepções, inclusive nas políticas públicas.

POSSIBILITIES OF CONSTRUCTION OF GENDER EQUALITY IN THE FIELD

Abstract

The construction of gender equality in the field, refers to a look at the history of rural women and how they put the story since, have long been heavily stereotyped, even more inferior when compared to the other. This study aims to show the possibilities of building gender equality, with through the contribution of feminism, from research conducted in the Movement of Rural Women. We made theoretical studies, documentary analysis and interviews with activists and leaders of the Movement. We believe that feminism is something quite recent in the case of meeting the guidelines of the peasant struggle, but has significantly contributed in the struggle for liberation of women. We also stress that the learning and the force exerted by collective motion, was and is crucial in the fight for greater equality between women and men in their class and patriarchal society.

Keywords: Rural Women; Equality; Feminism; Challenges

POSSIBILIDADES DE LA CONSTRUCCIÓN DE LA IGUALDAD DE GÉNERO EN EL CAMPO

Resumen

La construcción de la igualdad de género en el campo nos lleva a prestar atención a la trayectoria de las mujeres campesinas y cómo ellas se ubican en la historia, visto que, por mucho tiempo, fueron fuertemente estereotipadas, y aún más, rebajadas, si comparadas con las demás. En este estudio, buscamos mostrar las posibilidades de la construcción de la igualdad de género, vía contribución del feminismo, a partir de estudios realizados en el Movimiento de Mujeres Campesinas (MMC/RS). Para esto, realizamos estudios teóricos, análisis documentales y entrevistas con militantes y dirigentes del Movimiento. Consideramos que el feminismo es algo bastante reciente tratándose del encuentro con los patrones de la

lucha campesina, sin embargo, ha contribuido significativamente a la lucha por la liberación de las mujeres. Destacamos, también, que los aprendizajes y la fuerza ejercida por el colectivo en movimiento han sido y están siendo fundamentales en la lucha por mayor igualdad entre mujeres y hombres, considerando la sociedad clasista y patriarcal.

Palabras clave: Mujeres Campesinas; Igualdad; Feminismo, Desafíos

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Horácio Martins de. *O campesinato no século XXI: Perspectivas e contrariedades do campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2005.

CESTARI, Mariana. O Movimento Feminista e os Movimentos de Mulheres na América Latina na década de 1970: Brasil e na Argentina. 2008. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso) Programa de Pós-Graduação em Estudos Latinos. Universidade Federal de Minas Gerais; Escola Nacional Florestan Fernandes. Juiz de Fora, Minas Gerais, 2008.

CONTE, Isaura Isabel; DARON, Vanderléia Pulga; MARTINS, Mariane Denise. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponês. In: PALUDO, Conceição (Org). *Mulheres, resistência e luta: em defesa da vida*. São Leopoldo: CEBI, 2009.

CONTE, Isaura Isabel. *Mulheres camponesas em luta: resistência, libertação e empoderamento*. 2009. 156 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2011.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos à propriedade na América Latina*. Tradução de Letícia Vasconcelos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Ufrgs, 2002.

EISLER, Raiane. *O prazer sagrado: sexo, mito e política do corpo*. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (Orgs.). *A produção do viver*. São Paulo: SOF – Sempreviva Organização Feminina, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GEBARA, Ivone. *Cultura e relações de gênero*. São Paulo: Cepis, 2002.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres*. Tradução de Alessandra Caregatti. São Paulo: Expressão Popular e Sempreviva Organização Feminina, 2010.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MELO, Hildete Pereira; SABBATO, Alberto Di. Gênero e trabalho rural. In: BUTTO, Andrea (Org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista*. Um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 31-120.

MELO, Hildete Pereira de; SPM; UFF. O Brasil e o Global Gender Gap Index do Fórum Econômico Mundial: algumas considerações. Disponível em:
<http://www.google.com.br/search?q=o%20brasil%20e%20o%20golbal%20gender%20hildete%20pereira%20melo&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a&source=hp&channel=np>. Acesso em 15/08/ 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário de 2006*. Brasília: MDA, 2009.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. Vol. 1: Concepções de justiça e resistência nos Brasis. Brasília: Unesp e Nead, 2008. p. 07-15.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL. Movimento de Mulheres Camponesas – MMC BRASIL. [s/ed.]. Passo Fundo, 2004. (folder impresso)

_____. Gênero, sexualidade e direitos das mulheres. Chapecó: Marka, 2008.

MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio*. 8. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

_____. *Memórias de uma mulher impossível*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2004.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMININA. Caderno de Textos. São Paulo. SOF e REMTE, 2005.

Data de recebimento: 14/07/2011

Data de aceite: 03/08/2011